

## ***A democracia como um fato providencial: método, retórica e teoria***

Lis Levisky Loureiro  
Orientadora Eunice Ostrensky

Discussões em torno do termo *democracia* e problemáticas circunscritas à ela constituem temática recente e controversa, gerando diagnósticos como a crise da democracia, seu fim ou o fim da história. Seja no noticiário, conversas informais, trabalhos acadêmicos, a democracia tem sido tanto questionada, como enaltecida. Neste contexto de embates discursivos, um fenômeno frequente é a utilização de autores, conceitos e termos predecessores, para a sustentação de ideias atuais.

Alexis Tocqueville, pensador político francês do século XIX, é um dos autores anacronicamente retomado nos dias de hoje para se discutir, por exemplo, *democracia* e *liberdade* como conceitos universais; ou como também o sucesso da profecia tocquevilliana acerca do futuro igualitário, como se *já então ele analisa[sse] o mundo em que sempre vivemos* (FURET, 1998 apud TOCQUEVILLE, XLIX). Análises totais, atemporais, filosóficas, das quais alargam termos do passado para se debater o presente.

A partir destas compreensões proféticas e universalizantes da democracia tocquevilliana e de utilizações anacrônica atuais, nos interessamos, aqui, em analisar diferentes compreensões - e possíveis tensões entre passado, presente, retórica e teorias históricas - em uma obra que se faz presente, *A Democracia na América* (1835). Para isso, selecionamos um termo específico utilizado pelo autor, o que está diretamente relacionado à sua noção de *democracia: Providência*. Dessa forma, este trabalho teve como objetivo discutir as distintas metodologias de análise sobre o termo *providência* no trabalho de Alexis Tocqueville. Para se alcançar este objetivo geral, bifurcamos dois objetivos específicos: compreender o significado e função do termo *providência*, visando responder às hipóteses levantadas sobre ele; e, investigar propostas metodológicas dentro do campo de estudos da historiografia do pensamento político. Com isso, selecionamos dois pesquisadores do contexto de reformulação da ciência política, Quentin Skinner e Reinhart Koselleck.

*A democracia como um fato providencial* seria uma abordagem religiosa do autor - visão de ação divina nos acontecimentos políticos? Uma forma de afetar seu público-leitor ao utilizar este termo na qualificação do regime que se instaurava? Ou uma maneira de enxergar o fenômeno, em sua temporalidade - com um ponto passado e um futuro -, uma noção concatenada e histórica? Uma profecia determinante? Em suma, qual significado e papel atribuído a este termo dentro da obra do autor Alexis Tocqueville?

Na década de 1960, a ciência política passou por uma grande revisão metodológica, transformando suas abordagens, pressupostos e ferramentas analíticas. Este contexto possibilitou maior entendimento sobre as distintas formas de se analisar um objeto de estudo: neste caso discutir o termo *providência*, exigiria discussão acerca dos métodos de leitura - imbricados com discussões acerca de teorias. Quentin Skinner participou do processo de reconstrução do fazer historiográfico político, formalizando o campo de estudos do *contextualismo linguístico*, a *teoria dos atos de fala*, dentre outras sistematizações relevantes.

O contextualismo linguístico surgiu como resposta a dois principais alvos de crítica: o contextualismo sociológico e o textualismo. O primeiro, por considerar sistema de ideias e doutrinas como produtos das circunstâncias sociais, como se os textos e autores fossem reflexo direto desta estrutura. O segundo, por acreditarem na autonomia e perenidade de textos filosóficos, como se os cânones fossem transcendentais e atemporais.

Críticas em relação à produção da História das Ideias, são formuladas a partir da exposição de três mitologias - absurdos históricos: a mitologia da doutrina pode levar o historiador às conclusões anacrônicas e excluir a agência do autor com autonomia excedente às supostas ideias-unidades; a mitologia da coerência, se baseia na busca por um sistema coerente e fechado dentro de determinado autor, simplificando e excluindo temas relevantes; e a mitologia da prolepse, é a realização de análises deslocalizadas, resultando em espécies de antecipações de interligações e influências textuais infundadas. (SKINNER, 1969)

Com a *teoria dos atos de fala*, criada por Austin e continuada por Skinner, o texto histórico é observado como um discurso; discurso que pretende transmitir algo, de determinada forma, para alguém, esperando determinada reação. Discurso contextualizado, “deve-se, pelo menos, compreender tanto a intenção implícita e a intenção que representa o ato comunicativo presente no texto” (Skinner, 2001, p. 395). *Intenção*, aqui, como atos de comunicação públicos, que dependem do significado comum e compartilhado atribuído à determinada ideia ou conceito. A *força ilocucionária* do ato de fala, o modo em que o discurso foi proferido, também é algo que deve ser considerado.

Adentrar no meio linguístico da obra por meio de diferentes discursos - canônicos e não-canônicos -, explorar significados compartilhados e interesses em disputa. Pois, assim, compreende-se a contextualização de problemas tratados nestes textos do passado; compreende-se também a especificação de acontecimentos de outras sociedades em outros tempos, a partir dos termos dos próprios agentes envolvidos, evitando sobreposições e *pillagens* de interesse e significação. Para Skinner, se quisermos compreender o passado, devemos nos esforçar para entender as intenções e significados do passado; porém, se

quisermos compreender acerca do presente, devemos aprender *a pensar por nós mesmos* (SKINNER, 2017, p.40).

Em estudos posteriores, Skinner (1974) aprofunda seu entendimento sobre a agência do ator político nas mudanças sociais através da utilização de discursos retóricos. O ator político - ideólogo inovador -, em um contexto conflituoso, busca inovar o significado de determinado termo com o intuito de legitimá-lo. Neste processo, o conflito linguístico interfere intencionalmente nas transformações sociais; e o ato de fala, manifesta-se como um ato retórico, pois busca manipular, interferir e afetar o meio do próprio discurso através de diferentes estratégias retóricas.

Na medida em que não é possível determinar verdades que transcendem o contexto, a história do pensamento político é delineada pela ação, pelo movimento do emprego dos termos em diferentes tempos. A própria vida política, em si, que faz o método skinneriano, através de recortes singulares, localizados e síncronos.

Outra proposta teórico-metodológica na historiografia política é a *História dos Conceitos* desenvolvida por Reinhart Koselleck, a qual formula um novo entendimento da história, sendo esta secular e não-providencialista - de maneira contingente, com determinados padrões. Em *Dicionário de Conceitos Históricos Fundamentais* (1972) teve o intuito de compreender a formulação de determinados conceitos, a partir de experiências e expectativas circulantes em torno destes, os quais permitiram traduzir diferentes camadas de tempo, possibilitando a construção de uma *história conceitual*. Isto, pois

os conflitos políticos e sociais do passado devem ser descobertos e interpretados através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos lingüísticos, mutuamente compartilhados e desempenhados pelos atores que participaram desses conflitos. Desse modo, o trabalho de explicação conceitual quer precisar as proposições passadas em seus termos próprios, tornando mais claras as “circunstâncias intencionais contemporâneas” em que foram formuladas. (JASMIN, 2005)

O método de Koselleck pode ser dividido em duas partes: a primeira, análise sincrônica, propõe o tratamento contextualizado dos conceitos, com o intuito de compreender o significado circulante de determinada palavra em determinado meio - definição de um resultado conceitual; a segunda, análise diacrônica, remove o conceito de seu contexto original e analisa os significados cambiantes através da *recepção* destes em diferentes tempos históricos - construção conceitual através de mutações históricas. Tanto as mudanças, quanto as permanências, são aspectos importantes na análise deste campo historiográfico, realizadas de forma combinada.

Esta estrutura temporal dos conceitos acabaria por permitir a força expressiva da história e, assim, a metodologia analítica de Koselleck permitiria, também, a sustentação de uma teoria da história. Neste entendimento, a partir de determinado momento - império dos valores iluministas - criou-se o mundo histórico temporal, isto porque estabeleceu-se o conceito de *história* composto pela noção de *futuro*, *direção* e *temporalidade*. A introdução desta dimensão dos acontecimentos trouxe a ideia de um *horizonte de expectativas* no estabelecimento de conceitos e significados, sendo estes parte de um *espaço de experiência* no mundo; dessa forma, os eventos se transformariam em acontecimentos históricos através de um processo de conceitualização. Metodologia e teoria da história imbricadas na construção de uma nova historiografia.

A análise histórico-política de Skinner e Koselleck se assemelham pelas críticas e se distinguem pelo método. O primeiro - com enfoque analítico para além dos cânones - busca se afastar do passado e estabelecer uma relação distante e delimitada com seu objeto; focalizando na agência e intenção dos atores políticos, entende as mudanças conceituais como armas linguístico-ideológicas que tratam de conflitos específicos do passado. O segundo traça relações entre passado e presente, enfatizando a evolução da receptividade dos conceitos ao longo do tempo, compreendendo a importância do passado para o presente - a partir de determinados conceitos fundamentais. Com isso, pudemos tensionar ambas as proposições metodológicas no estudo da *democracia providencial*.

*Democracia* é um termo utilizado por A. Tocqueville em *A Democracia na América* (1835), na qual o autor busca descrever e analisar o sistema de governo, as leis, instituições e costumes que regem a América do Norte naquele período. O termo é conceitualizado pelo autor como o *desenvolvimento gradual da igualdade das condições (...) um fato providencial* (1998, p. 11). Diferentes pesquisadores analisam a *providência* da democracia tocquevilliana como um recurso retórico e metafórico do autor, na medida em que seu uso carregasse uma determinada intenção de comunicação e interferência no meio em que ele se encontrava. Pressuposições metodológicas skinnerianas podem ser aproximadas a este entendimento.

Tocqueville foi um político ativo, como também escritor, e tinha intenções práticas. Diante do amplo processo de *revoluções modernas*, ele se dedica em pensar como realizar este processo de igualização de forma a resguardar a liberdade política dos cidadãos. Preocupado com a possibilidade da construção de um estado de *despotismo democrático*, busca mobilizar seu meio para que se construa uma forma de governo e sociedade mais ideal, de acordo com seus próprios valores.

A explicação *providencial* de Tocqueville, pode demonstrar preocupação, como coloca Marcelo Jasmin (1997), “com a adesão de seus leitores ao reconhecimento da força do processo de igualização como condição para pensar a política presente”. A providência como um recurso retórico pode ser sustentada por pressupostos skinnerianos, na medida em que se compreende o autor como ator político, carregado de intenções e recursos de manejo de significação e valoração linguística.

Providência pode ser compreendida como fator que apresenta, ou até mesmo estrutura, uma teoria da história tocquevilliana. “Para Georges Lefebvre (1953:23), por exemplo, o providencialismo de Tocqueville “traduz na realidade a submissão aos fatos. É a força irresistível da evolução [imane] que inspira em Tocqueville um terror religioso”” (JASMIN, 1997). Providente, irreversível, como algo que atribuisse movimento e sentido à história, um motor. Providência sem um caráter necessariamente religioso, divino ou teológico, mas como estrutura do mover da história: “depois de ter destruído o feudalismo e vencido os reis, a *democracia* recua[ria] diante dos burgueses e dos ricos?” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 11)

Compreensão da democracia como um processo histórico, o qual possui disposição prévia dos meios necessários para a confecção de um fim - diversificado em formas. Esta *teoria* de Tocqueville se encaixa no imbricado método e teoria de Koselleck acerca do surgimento da modernidade e da história como entendemos hoje. Segundo ele, o autor francês seria um representante do *advento de um novo tempo que se inicia* (2006, p. 47), após rupturas, constitui a noção de uma nova história, com temporalidade e direção. Assim, a *providência* secularizada faria parte desta noção de direção histórica, carregando temporalidade em sua teoria, pois o autor estaria observando o passado e o presente para prever movimentações futuras. De acordo com teoria koselleckiana, o conceito de *democracia* utilizado por Tocqueville seria um dos conceitos fundamentais que foram democratizados, temporalizados e ideologizados a partir do período de início da modernidade; sofrendo alterações no decorrer do tempo na medida em que as circunstâncias e os agentes envolvidos o fizessem.

Ferramentas retóricas ou leis gerais do processo histórico: esta discussão metodológica em torno da democracia providencial gera debates que podem possibilitar melhor compreensão da construção do discurso tocquevilliano, seus mecanismos linguísticos, como também gerar construção de mais ferramentas analíticas para o estudo de problemáticas passadas e presentes.